



Comissão de Julgamento de Licitações

SUBORDINAÇÃO

A Comissão de Julgamento de Licitações está subordinada diretamente a Chefia de Gabinete onde a partir de dezembro de 2008 passou a denominar-se Centro de Julgamento de Licitações.

ESCLARECIMENTO

Todo órgão público é obrigado a ter a sua Comissão de Julgamento de Licitações para análise e julgamento das compras públicas, é por lei. No HC não é diferente, apesar da Comissão ter tido outra denominação a partir de dezembro de 2008 para Centro a Comissão ainda realiza licitações na modalidade Tomada de Preços e Concorrência Pública para reforma e obras de engenharia, onde através de Portaria interna está composta pela Presidente, Vice-Presidente e membros.

LOCALIZAÇÃO

O Centro de Julgamento de Licitações está localizada no Prédio Cisa I. Compõem-se conforme Portaria HCRP nº 257, 12 de dezembro de 2008:

- GS-9 - Centro de Julgamento de Licitações
- GS-9.1 - Equipe de Julgamento de Licitações
- GS-9.2 - Equipe de Elaboração de Editais
- GS-9.3 - Setor de Expediente

FUNCIONAMENTO

Horário das 7:00 às 18:00 horas.

Desta forma nos sentimos na condição de passar às mãos de Vossa Excelência o histórico de nossas atividades desenvolvidas no ano de 2003 até setembro de 2010, as quais procuramos desempenhar sob a confiança em nós depositada.

Respeitosamente,

ELIANA MARCI BIZIAK
DIRETORA TÉCNICA I
R.F. nº 4939

Ano 2003



No início de 2003 a Comissão de Julgamento de Licitações tinha acabado de mudar-se para o prédio CISA I-Centro Integrado de Serviços Administrativos, onde ganhou um espaço, a qual a Presidente resolveu dividi-lo em sala de análise e julgamento, expediente e sala de abertura de Licitações.

A licitação para móveis modulados no prédio CISA não foi avante. Os móveis existentes da CJL da linha cicopal eram emprestados e muito antigos, a alternativa foi resgatar móveis de outras áreas que estavam reformando. Ex. Departamentos ou mesmo do depósito da Seção de Patrimônio na Rua Aquidauna, também não havia computadores para todos os funcionários, os poucos existentes tinham que ser compartilhados.

O serviço da Comissão basicamente era: pela manhã resolvia-se a análise e julgamento dos processos e resoluções de impugnações em ata de sessão pública e de recurso administrativo, no período da tarde, todos os dias a partir das 14 horas eram agendadas (realizadas pela Seção de Licitações) licitações de Convite de Preços, Tomadas de Preços, Concorrência Pública e também licitações de engenharia do HC e FAEPA, com base na Lei 8666/93 e suas alterações.

As sessões se estendiam até as 19 horas, onde antes da sessão já se deixava as atas pré-formatadas e depois a cada sessão iam-se adequando, conforme o caso, recebia-se os fornecedores, apresentava-se os envelopes proposta e documentação que eram abertos pela mesa e rubricados e passados aos fornecedores, ficando no aguardo-se de impugnações, quando havia debatíamos primeiro e só depois era registrado em ata.

Encerrada a sessão os processos eram levados à CJL para anexação de todos os documentos da sessão, elaborava-se o quadro de preços, passava ao GAC-Grupo de Assessoria de Compras para elaboração do parecer técnico, após era devolvido a CJL para análise e julgamento das propostas comerciais e da documentação de regularidade fiscal, jurídica e econômica financeira do processo, esse resultado era divulgado ou publicado no DOE, caso tivesse recurso a CJL analisava fazendo diligências e elaborava parecer e enviava a Procuradoria Jurídica do HC ou Assessoria Jurídica da FAEPA, onde o resultado final era publicado no DOE e comunicado a empresa recorrente, após é homologado e publicado.

Ainda através do expediente, atendimento de dúvidas referente as sessões, demonstração aos interessados de vistas aos processos licitatórios, bem como acompanhamento até ao setor de xerox para cópias do processo, execução de todas as anexações de toda documentação gerada em sessão pública e adequações de embalagens, conferências de propostas, adequando-os aos diversos editais, confecção do Quadro de Preços de todos os processos licitatórios, oriundos das aberturas das licitações em todas as suas modalidades, publicações, divulgação dos resultados, etc. Verifica-se assim que, trabalhando dessa forma, **a Comissão tornou-se um Serviço.**

A Comissão no hospital é diferenciada, pois ela **não só** analisa e julga, mas também, aliado a isso é também responsável por todos os procedimentos executivos, desde a abertura em sessões públicas nos horários pré-definidos, com



a elaboração das atas, nas suas diversas modalidades de licitação, entregando o processo licitatório todo resolvido, até mesmo com o resumo dos valores a serem contratados e documento de homologação com sua publicação no DOE.

A partir de 2003, veio a exigência da CEGP-10, Resolução 19/11/2002 do **Convite Eletrônico BEC-Bolsa Eletrônica de Compras**, licitação em ambiente virtual, onde o Tenente Catita do 1º Batalhão da Polícia Militar veio demonstrar na CJL a sua forma de fazer o convite BEC, bem como fomos assistir a uma sessão pública na Delegacia Seccional de Polícia, mas esta modalidade não teve muito sucesso na Instituição, procedimentos totalmente diferentes daqueles que a CJL praticava, por ser todos os atos eletrônicos, com data e horário diversos pré-determinado pela própria Secretaria, o que nos requereu além das licitações tradicionais que continuaram, tempo para aprendizagem, mais estudo e treinamento, para que o processo e o sistema funcionasse de forma adequada, com o objetivo de conseguir os resultados propostos dentro da organização .

Neste mesmo ano, em atendimento a solicitação do governo estadual, torna-se obrigatória a adoção da modalidade de licitação foi proposta: **PREGÃO**, com base na Lei 10.520/2002.

Para a implantação em caráter de urgência no Hospital, veio inicialmente a recomendação e a obrigatoriedade do **Curso de Formação de Pregoeiro**, administrado pela FUNDAPE, sob a supervisão da Casa Civil do Governo Estadual, **o funcionário tinha que ser capacitado para trabalhar com a nova modalidade pregão**. Inicialmente foram 3 pessoas a fazer o curso: a Presidente e dois membros do CJL.

O **1º Aplicativo para Acompanhamento do Sistema de Pregão Presencial-versão 2.0** foi entregue pela Casa Civil-Palácio dos Bandeirantes, onde um dos funcionários da CJL de posse do manual estudou e implantou no computador. Estando sendo monitorados em razão da nova modalidade de licitação Pregão.

Aliado as sessões de pregão do HCRP tivemos que adequar as sessões também para as licitações da FAEPA, normalmente a ata do Pregão, depende tempo para ser finalizada, pois ela tem que ser editada, e principalmente **a ata da FAEPA, é necessário exportar os dados para o Word, e editar a ata lá, inserindo o cabeçalho da FAEPA, onde é necessário mais tempo para finalização dos trabalhos**.

Ainda quanto a FAEPA, todas as atas de sessão são obrigadas a serem publicadas no Diário Oficial do Estado.

A Presidente da CJL elaborou documento afim de instruir os processos Pregão Presencial para designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio com assinatura da autoridade competente.

A **estrutura da CJL** era precária para a nova situação, houve autorização para o aluguel de um multimídia e não houve autorização para móveis novos, onde tentamos adequar com alguns objetos no depósito da Seção de Patrimônio.



Nos termos do artigo 6º do Decreto 47.297/1990 e artigo 9º da Resolução CEGP-10/2002, são atribuições do Pregoeiro:

- ✓ a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório em sessão pública;
- ✓ credenciamento dos interessados;
- ✓ recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta e documentos de habilitação;
- ✓ a abertura dos envelopes-propostas, a análise e desclassificação das propostas que não atenderem às especificações do objeto ou as condições e prazos de execução ou fornecimento fixadas no edital;
- ✓ a ordenação das propostas não desclassificadas e a seleção dos licitantes que participarão da fase de lances;
- ✓ a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a verificação da aceitabilidade do menor preço ofertado tendo em vista o critério definido no edital (é conveniente que essa apreciação não seja tornada pública nesse momento, pois, dificultará as negociações. Nesse momento servirá apenas para fornecer subsídios ao Pregoeiro para negociar);
- ✓ a negociação do preço, com vistas à sua redução;
- ✓ a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;
- ✓ a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;
- ✓ a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;
- ✓ a elaboração da ata da sessão pública;
- ✓ encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade competente para:
 - apreciação de recurso e adjudicação.
 - homologação do certame, quando o objeto tiver sido adjudicado pelo Pregoeiro.
 - revogação ou anulação do processo licitatório.
- ✓ Na sessão pública os participantes interessados em recorrer deverá informar sucintamente os motivos de inconformismo. Será deferido o prazo de 3 dias para apresentação da razões de recurso escritas e os demais licitantes serão desde logo intimados pelo Pregoeiro para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos. Após, o Pregoeiro elaborará parecer sobre os recursos e encaminhará a autoridade competente através da Procuradoria Jurídica do HCRP ou Assessoria Jurídica da Faepa;
- ✓ Pregoeiro elaborará a ata da sessão, imprimirá e assinará juntamente com os presentes, onde cada um terá direito a uma cópia.
- ✓ Ainda nesse momento, quando o processo trata-se de Sistema de Registro de Preços, a ata será feita pelo Pregoeiro, que imprimirá e colherá assinatura do vencedor e testemunhas presentes;
- ✓ Logo após o término da sessão o pregoeiro deverá lançar os dados oriundos da sessão efetivada, inserindo dados como preço referencial, menor valor de lances, negociação, vencedor de cada item, inserindo ainda os dados do fornecedor de cada item para que a Secretaria da Gestão Pública, possa computar os resultados do pregão o qual fará parte dos resultados da Secretaria da Saúde e Relógio da Economia do Governo Estadual.



Houve ainda, reunião para implantação do código de barras no edital licitatório o que obrigava os Pregoeiros a aferir as propostas em sessão pública fornecedores.

Em novembro - houve reunião com jurídico e demais áreas para implantação no edital da inclusão do preço cheio, ICMS onde para FAEPA não aplicava e o Pregoeiro teria que aferir as propostas dos licitantes em sessão pública.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA
Período: 01/01/2003 à 31/12/2003

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
CONCORRÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS	56	471	0	0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1	2	4	20
CONVITE	28	82	241	949
CONVITE (BEC)	22	71	0	0
PREGÃO	56	310	17	115
TOMADA DE PREÇOS	5	43	31	687
TOTAIS	168	979	293	1771

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	461
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2750

LEILÃO-Proc.5893/03-Calandra e Proc. 9334/03-Calandra

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2003

CONVITE DE PREÇOS	23
TOMADA DE PREÇOS	4

PROCESSOS HCRP/FAEPA 2003	
RECURSOS	19
REVOGAÇÃO	10
ANULAÇÃO	2

Obs.: Os motivos de recurso, revogação e anulações, em sua grande maioria, são provenientes de falhas nas descrições e etc.



Ano 2004

O ano começou com muitos pregões, onde o número de três pregoeiros encontrava suficiente pela demanda existente.

Em janeiro - Treinamento de funcionária para implantação do Sistema e-negociospúblicos (instituído pelo Decreto nº 48.405 de 06 de janeiro de 2004).

Em abril - a Diretora do Departamento de Apoio Administrativo, em reunião com outras áreas informou que haveria redução do período de compra de 6 meses para 3 meses; aproveitamos para argumentar quanto as dificuldades encontradas por esta Comissão, na realização de seus trabalhos quanto a ordem técnica (produto sem testar, descrição incompleta, morosidade da área técnica para manifestação de recurso administrativo, sala de abertura de licitação imprópria para as sessões de pregão e etc).

Em acordo com a Diretoria desta CJL e a Diretoria do CEMB, hoje CECIN, foi nos concedido uma sala de tamanho maior para as realizações das sessões de Pregão, onde tivemos a **1ª sala de Pregão**.

Em abril – a Vice-Presidente foi autorizada a fazer o curso de Pregoeiro realizado na FUNDAP.

Em abril - o **2º Aplicativo para Acompanhamento do Sistema de Pregão Presencial-versão 3.0** foi entregue pela FUNDAP, sendo o mesmo implantado por funcionário da CJL.

Em maio – duas funcionarias da Comissão autorizadas para fazer curso de Pregoeiro realizado na FUNDAP.

Em dezembro - houve inclusão de membro na composição da CJL, através da Portaria HCRP 302/2004, de 16 de dezembro de 2004.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA Período: 01/01/2004 à 31/12/2004

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
CONCORRÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS	0	0	1	9
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	0	0	1	1
CONVITE	0	0	55	284
CONVITE (BEC)	16	37	0	0
PREGÃO	276	1289	108	739
TOMADA DE PREÇOS	2	2	19	109
TOTAIS	294	1328	184	1142



TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	478
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2470

LEILÃO-Proc.345/04-Veículo Santana-deserto, Proc. 959/04- Veículo Santana e Proc. 11583/04-Tanque de óleo diesel

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2004

CONVITE DE PREÇOS	34
TOMADA DE PREÇOS	3
CONC. PUBLICA	1

PROCESSOS HCRP/FAEPA 2004	
RECURSOS	48
REVOGAÇÃO	41
ANULAÇÃO	0



Ano 2005

Em 2005 fomos chamados a fazer o Curso de Desenvolvimento Profissional para Pregoeiros e Curso de Comunicação para Pregoeiros, onde foram autorizados a Presidente, Vice-Presidente e mais quatro membros.

No 1º e 2º semestres – houve a participação de 2 Ciclos de Estudos e Debates, Reciclagem e Aperfeiçoamento sobre a nova modalidade de Licitação, Pregão Presencial e demais modalidades.

Em agosto – Solicitação à Chefia de gabinete para a nova sala de pregão, onde está localizada a Seção de gráfica, além de agrupar um corredor anexo, hoje pertencente ao Serviço de Patrimônio, que unidos formarão a sala de pregão, assim como reivindicação de reestruturação física da CJL, onde as divisórias deverão ir até o teto, sendo que a sala pequena, inadequada para os pregões, foi transformada em expediente e o antigo expediente em sala da diretoria, conforme reunião com todos os envolvidos de maio/2005.

Em setembro – solicitação de empenho junto à Diretora da Engenharia para viabilização da mudança e montagem da **Sala do Pregão nº 2**, onde estava a Seção de Gráfica.

Em novembro - houve a necessidade de mais uma sala de abertura de Licitações nas mesmas proporções da outra existente, conseqüentemente houve adequações de divisórias no expediente da Comissão, em razão da vinda de mais funcionário do aumento do serviço.

Em novembro – houve assinatura dos Boletins licitatórios da Editora NDJ LTDA, onde recebeu como brinde, um Treinamento sobre Pregão Presencial, Eletrônico e Capacitação Técnica do Pregoeiro Teórico e Prático.

Em dezembro - o **3º Aplicativo para Acompanhamento do Sistema de Pregão Presencial-versão 4.0**, aproveitamento de viagem oficial à São Paulo para entrega da nova versão, sendo o mesmo implantado por funcionário da CJL.



MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2005 à 31/12/2005

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
CONCORRÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS	0	0	2	12
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	0	0	1	1
CONVITE	3	4	13	45
CONVITE (BEC)	1	1	0	0
PREGÃO	359	1295	108	975
TOMADA DE PREÇOS	9	12	6	23
TOTAIS	372	1312	130	1056

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	502
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2368

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2005

CONVITE DE PREÇOS	42
TOMADA DE PREÇOS	14

PROCESSOS HCRP/FAEPA 2005	
RECURSOS	31
REVOGAÇÃO	12
ANULAÇÃO	1



Ano 2006

O Tribunal de Contas Estadual começou a solicitar a Comissão através da Procuradori Jurídica do HC, a Portaria de designação do Presidente, Vice e membros da Comissão.

Em março - houve participação do 1º Congresso de Pregoeiro em Fóz do Iguaçu/PR.

Em março – houve autorização para a Presidente e Vice participarem do 6º Seminário de Compras Governamentais, a ser realizado no Parlamento Latino-Americano, em São Paulo.

Em julho- houve solicitação a Chefia de Gabinete para reestruturação do setor.

Em agosto – houve solicitação para a nomeação de duas funcionárias a comporem como membro da Comissão de Julgamentop de Licitações .

Em agosto – Foi informado a Chefia de Gabinete, que conforme solicitação foi enviado a Equipe Técnica do Centro de recurso Humanos deste Hospital os Certificados de formação e capacitação da função de Pregoeiro de todos os funcionários.

Em agosto – houve autorização para participação no Curso de Sistema de Registro de Preços pela Casa Civil-Fundap, a Presidente e mais três servidores.

Em setembro – Foi autorizado a Presidente e mais 2 funcionários o Curso de Capacitação em Pregão Eletrônico, em parceria com a Escola Fazendária do estado de São Paulo – FAZESP e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo-FUNDAP que compõe o Programa de Capacitação em Compras 2006 e Ofício-Circular G.S. nº 17/2006 do Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado da Saúde.

Em outubro – Foi informado a Chefia de Gabinete, que houve reunião na Assessoria Técnica, com a participação da CJL e demais áreas, cuja pauta era aquisição de equipamentos relativos a verba HC Investimentos Ano 2006, onde viu-se a necessidade de uma **3ª sala de pregão**, e que foi cedida a Sala da Administração. A CJL usou esta sala, porém as condições da sala não foram adequadas, bem como os licitantes estavam fazendo confusão com o local da licitação, apesar de ter avisado na portaria principal. Diante disso, resolvemos



fazer 2 sessões ao mesmo tempo e na mesma sala, afim de atender a demanda solicitada.

Este Centro foi chamado a fazer o Curso de Formação de Preços e o Curso de Sistema de Registro de Preços, sendo autorizado a participação da Presidente e 3 membros.

Foram incluídas na Comissão de Julgamento de Licitações, duas funcionárias (oficial administrativo) através da Portaria HCRP 164/2006.

Houve a obrigatoriedade de capacitação do pregão eletrônico, onde a FAZESP ministrava o curso, pela Casa Civil.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2006 à 31/12/2006

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
CONVITE	0	0	2	10
CONVITE (BEC)	2	3	0	0
PREGÃO	418	1614	134	1149
TOMADA DE PREÇOS	1	1	3	44
TOTAIS	421	1618	139	1203

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	560
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2821

LEILÃO-Proc. 9982/06-Aparelho de cintilografia

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2006

CONVITE DE PREÇOS	35
TOMADA DE PREÇOS	5
PREGÃO	5

PROCESSOS HCRP 2006	
RECURSO	21
REVOGADO	14
ANULADO	0



Ano 2007

O Tribunal de Contas através da Procuradoria Jurídica do HC começou a solicitar o certificado de pregoeiro referente a sessão por ele realizada. Diante disso a Diretora da Comissão determinou que logo após a anexação no processo licitatório dos pregões fossem inseridos o certificado do pregoeiro tanto HC como FAEPA ao respectivo processo.

Em abril - em reunião com a Diretoria da Divisão de Material foi discutido a dificuldade no agendamento para marcação de pregões, devido a alteração do fluxo do processo de compras visando a redução do tempo de compra e produtos comprados até então da dispensa e passam a ser licitados. **Ficou acordado uma 3ª sala de Pregão** e conforme conversado com área da Arquitetura do Hospital, o melhor lugar seria pegar um espaço da Seção de Patrimônio. **A idéia não foi avante.**

Em abril - esta Diretoria comunicou a Chefia de Gabinete que durante Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no mês de março de 2007, foi determinado por um dos Auditores, que a Instituição deve publicar um **“extrato” das Atas de Registro de Preços**, oriundas de cada processo licitatório dos Pregões realizados neste sistema, em cumprimento aos termos do artigo 12 do Decreto n.º 47.945, de 16 de Julho de 2003. Assim, como a Comissão de Julgamento de Licitações, já entrega o processo devidamente homologado à Divisão de Material, esta ficou responsável pela atribuição.

Em abril – Foi informado a Chefia de Gabinete que conforme comunicado do SIAFEM 2007, do **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, através do Departamento de Contratações Eletrônicas da Secretaria da Fazenda, que foi disponibilizada uma Sala de Simulação de Pregão Eletrônico – Sistema BEC/SP, destinada aos servidores habilitados no Curso de Pregão Eletrônico, onde nesse ambiente seria desempenhadas as funções de Pregoeiro e Equipe de Apoio, afim de simular as sessões reais que deverão acontecer nas unidades da Administração do Estado, em obediência a Resolução SF 15 de 19/03/2007, que trata da obrigatoriedade da adoção do Pregão Eletrônico nas Licitações do Estado, onde todos os Pregoeiros foram.



Em agosto - o 4º **Aplicativo para Acompanhamento do Sistema de Pregão Presencial-versão 4.0** foi baixado pela internet e implantado por funcionário da CJL.

Em agosto - Diante dos problemas aumentando a cada ano e não sendo resolvidos, ou as vezes repetidos pelo CGMH e Compras e buscando a qualidade, o espírito de colaboração e a iniciativa daqueles que acreditam no trabalho, tendo coerência nas idéias e transparência nas realizações de seus trabalhos, pensando nessa ousadia é que propusemos ao Diretor de Compras do Hospital, a CJL assumiu novos desafios, incorporando a Comissão de Editais na Comissão de Julgamento de Licitações.

A Corregedoria Geral da Administração e pelas Secretarias de Fazenda e Gestão, por força do Decreto Estadual nº 51469/07, tornou-se obrigatória à utilização da modalidade de Pregão Eletrônico.

No final do ano a Comissão se adequou a análise a Lei Complementar 123/2006, que concede benefícios as microempresas e empresas de pequeno porte.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2007 à 31/12/2007

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
CONVITE (BEC)	1	4	0	0
PREGÃO	427	1292	129	1039
TOMADA DE PREÇOS	3	5	0	0
TOTAIS	431	1301	129	1039

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	560
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2340

LEILÃO-Proc. 10846/07-Sucata Telhas

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2007

CONVITE DE PREÇOS	25
TOMADA DE PREÇOS	3
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	2
PREGÃO	7

PROCESSOS HCRP 2007	
RECURSO	33



Ano 2008

Na condução do Pregão eletrônico, as atribuições do pregoeiro estão detalhadas com clareza no art. 11 do decreto 5.450/05, quais sejam:

- ✓ Todos os procedimentos são em ambiente virtual, o Pregoeiro digitará CPF e senha.
- ✓ coordenar o processo licitatório, as impugnações, pedidos de esclarecimento, conduzir a sessão pública na internet, dirigir a etapa de lances, indicar o vencedor do certame.
- ✓ O Pregoeiro será responsabilizado nas hipóteses em que possuía o dever de agir e omitiu-se, ou ainda, quando agiu em desconformidade com os preceitos legais.
- ✓ E muito embora o pregoeiro conte com o auxílio de uma equipe de apoio, todos os atos decisórios relacionados à fase externa do procedimento do pregão são de competência dele, exceto o julgamento dos recursos (duplo grau de jurisdição), anulação, revogação e homologação da licitação, pois essa são de competência de quem autorizou a realização do certame.

É necessário a equipe de apoio no pregão eletrônico, embora o procedimento seja simplificado pela forma mecânica e programada desenvolvida pelo próprio sistema operacional, a equipe de apoio mantém a obrigação de dar suporte técnico e administrativo ao pregoeiro na condução do certame.

- ✓ Interposto manifestação de recurso, será concedido 3 dias para razões de recurso e 3 dias para conta-razões, o qual o pregoeiro analisará e passará de forma fundamentada a autoridade competente através da Procuradoria Jurídica do Hospital.
- ✓ Outro detalhe do pregão eletrônico é que caso a empresa entre com recurso e seja negado, o pregão somente poderá prosseguir na sua forma presencial, tendo em vista que o sistema não dá continuidade neste caso.
- ✓ Assim como o Pregão Presencial o Pregoeiro entrará no site do Pregão e informará todos os dados referentes a sessão de pregão.

Em março – solicitação para pagamento referente a um ponto de publicação pubnet (imprensa oficial).

A Lei 13121, de 7 de julho de 2008, trouxe **A INVERSÃO DE FASES PARA OBRAS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONCESSÕES**, ou seja, estilo pregão presencial, tivemos que estudar e adequar a nova realidade.

Em agosto – solicitação para adequação da estrutura da Centro, do tipo mudança do guichê e retirada da sala de diretoria.

Em agosto – Em reunião na Chefia de Gabinete ficou acertado que **o Centro, além dos editais de consumo** (Yonne, Elaine, Cristina e Juliana), **faria também a elaboração dos editais de bioequipamentos** (Pio e Paulo do CECIN), **editais de materiais permanentes** (Alda da Assessoria Técnica).

Os tipos de editais são: Medicamento, Materiais de Consumo, Hortifruiti, Gêneros alimentícios(pão, leite etc), Comodat, Locações, Consignados, Contratação de serviços tercerizados e Serviços em geral, Informática, Bioequipamentos, Material Permanente, Acessórios de Equipamentos e Material médico e hospitalar.



Em outubro – Em resposta a documento por nós enviado e exposto em reunião ficou definitivamente acertado que o **Centro** na **seria mais responsável pela confecção do “Quadro de Preços”**, mesmo porque estaria fazendo em **duplicidade**, por realizá-lo no site do pregão, e que o **agendamento das sessões seria feito pelo Centro** e a **publicação ficaria na Seção de Licitações**.

Em novembro - com a vinda dos editais, através da Portaria HCRP 257/08 a Comissão de Editais passou a fazer parte dos trabalhos da Comissão de Julgamento de Licitações e passou a ser chamada: **CENTRO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES**, veio trabalhar conosco uma das funcionárias que fazia os editais juntamente com volume grande de processos atrasados e também uma outra funcionária transferida de outro setor que não tinha conhecimento de licitação. (consumo, consignado, terceirização, serviços em geral, locações, medicamento).

Nessa mesma época, houve a reformulação do **REGULAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO DA FAEPA**, onde trouxe no caso de licitações várias mudanças as quais tivemos que adequar aos editais, ou seja, que ficaram diferentes dos editais do HC, fazendo os pregoeiros a serem mais cautelosos com 2 situações.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2008 à 31/12/2008

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
PREGÃO	298	913	168	1040
PREGÃO ELETRÔNICO	32	131	0	0
TOTAIS	330	1044	168	1040

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	498
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2084

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2008

CONVITE DE PREÇOS	25
TOMADA DE PREÇOS	3
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	2
PREGÃO	7

PROCESSOS HCRP 2008

RECURSO	77
---------	----



Ano 2009

Em março - a Presidente e Vice foram convidadas a participarem do Ciclo de Seminários sobre Medidas Desburocratizantes de documentos, reconhecimento de firma, autenticações e etc., com ênfase ao Decreto nº 52.658, de 23 de janeiro de 2008, que “introduz medidas desburocratizantes na recepção de documentos no âmbito

Em abril - definitivamente passaram os editais bioequipamentos (feitos pelo CECIN) e os de materiais permanentes em geral (Ex. Armário, cadeiras, compra de veículo) que eram realizados pela Assistente, Sra. Alda da Assessoria Técnica.

Em novembro – conforme solicitação da Chefia de gabinete, foi passado o relato dos resultados pelo Centro de Julgamento de Licitações a partir de janeiro de 2009.

Vieram processos para elaboração de editais da Mater (lavanderia, vigilância, anestesiológica, limpeza), Hospital Estadual (serviços tercerizados-anestesiológica, segurança lavanderia, veículo e limpeza), Hemocentro e licitações de ordem judicial (cadeira de rodas e etc para o CER).

No final do ano foi implantado o CADIN Estadual onde o vencedor do certame não pode estar com pendência junto aquele órgão, obedecendo a Lei Nº 12.799/08, de 11 de janeiro de 2008, e do Decreto nº 53.455, de 19 de setembro de 2008.

MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2009 à 31/12/2009

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
PREGÃO	306	987	117	680
PREGÃO ELETRÔNICO	25	171	0	0
TOTAIS	331	1158	117	680

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	448
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	1808

LEILÃO-Proc. 6103/09-Maquinário Lavanderia e Proc. 9732/09-Maquinário Lavanderia-deserto



LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2009

CONVITE DE PREÇOS	21
TOMADA DE PREÇOS	2
PREGÃO	11

PROCESSOS HCRP 2009	
RECURSO	34
REVOGADO	11
ANULADO	1



Ano 2010

Em 2010 veio a exigência do registro no CAUFESP, disponível no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, de fornecedor que tenha atendido a todas as exigências contidas no Regulamento anexo ao Decreto nº 52.205, de 27 de setembro de 2007.

Ainda em julho, houve a reintegração de uma funcionária a qual a Chefia de Gabinete nos concedeu, onde realizou o curso de pregoeira pela FUNDAÇÃO e está em treinamento.

Em agosto – o Departamento de Monitoramento de Licitações da Corregedoria Geral da Administração, informou por e-mail que em razão que desde 12 de julho p.p. o sistema BEC já possibilita o procedimento Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

Novo desafio, sem espaço, estamos adequando a **sala 1 de abertura de licitações** em quatro estações de trabalho, bem como a elaboração do respectivo edital, com apreciação da Procuradoria Jurídica da Instituição.

Em agosto – os procuradores da Procuradoria Jurídica do Hospital enviaram documento para atendimento a súmula 14 do Tribunal de Contas Estadual quanto ao Certificado de Boas Práticas de Fabricação, onde os proponentes deverão apresentar apenas declaração que possuem o documento e que a empresa reúne condições de apresentá-lo no momento em que for solicitado pela Administração.

O atestado de capacidade técnica foi excluído dos editais licitatórios para aquisição de medicamentos, conforme parecer do Senhor Procurador.

Vimos a necessidade da solicitação a sessão de pregão, de uma Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para fruição dos benefícios complementar 123/2006.

Conforme solicitação da Assessoria Jurídica da FAEPA, há necessidade em licitações HC e FAEPA acima de R\$ 1.500.000,00 do Termo de Ciência e Notificação assinado pelo licitante, o qual será enviado ao Tribunal de Contas para julgamento.

Em razão da exigência do pregão eletrônico para sistema de registro de preços que há adesão pelo fornecedor da ata de registro de preços, há de se adequar cada modelo de licitação ao sistema eletrônico, bem como a Cláusula de Participação, se há necessidade de amostra, se caso houver a sessão será suspensa, onde será marcada nova data da sessão para continuidade.



MODALIDADE DE COMPRAS HC/FAEPA

Período: 01/01/2010 à 15/09/2010

modalidade	Qtd. HCRP	Qtd.itens HCRP	Qtd. FAEPA	Qtd.itens FAEPA
PREGÃO	206	826	80	1149
PREGÃO ELETRÔNICO	54	193	0	44
TOTAIS	260	1019	80	1203

TOTAL GERAL DE LICITAÇÃO	340
TOTAL GERAL DE ITENS ANALISADOS	2222

LICITAÇÕES REALIZADAS DA ENGENHARIA 2010

CONVITE DE PREÇOS	8
TOMADA DE PREÇOS	6
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1
PREGÃO	5

PROCESSOS HCRP/FAEPA 2010

Período: 01/01/2010 à 15/09/2010

RECURSO	19
REVOGADO	4

Em razão de atendimento a sumula do Tribunal de Contas, 15 sessões foram suspensas para análise da amostra (para análise de amostras ou por causa da regularização da empresa no CADIN ou CAUFESP).

Houve solicitação de adiamento da sessão do pregão (impugnação ao edital ex. descrição, etc) para adequação pela Equipe Técnica da Divisão de Material, de 65 processos.



“DA MOTIVAÇÃO”

A Comissão procura sempre desempenhar cada vez melhor o seu trabalho com o intuito de contribuir com a Administração, principalmente na gestão dos gastos públicos procurando não perder de vista a qualidade, não esquecendo os princípios e leis que os regem.

Os processos licitatórios são sujeitos as auditorias e falhas podem resultar em sanções à Instituição e nesse sentido, e o Centro de Julgamento de Licitações tem esta preocupação e inclusive pode ser questionado pelo jurídico HC/FAEPA, assim como os órgãos de fiscalização.

Na intenção de não prejudicar o andamento dos processos de aquisição ou contratação de serviço, ou ainda com o objetivo de evitar possíveis penalidades, este Centro procura averiguar desde a definição do objeto, e as condições de aquisição dentro das normas legais, os quais não foram definidos anteriormente pela áreas competentes.

A Diretoria deste Centro sempre manteve a ordem na coordenação da equipe de trabalho, pois acredita no bom relacionamento profissional, com auxílio de líderes positivos, para o bom andamento dos trabalhos. Para tanto, tem como valores o respeito, o comprometimento em relação aos serviços executados, a auto estima da equipe.

Depois de tanto trabalho e esforço, este Centro conseguiu atingir um nível considerável de organização e qualidade, considerando a necessidade de adequações frente as mudanças constantes na área de licitações, além disso essa Diretoria procura motivar a equipe de evoluir profissionalmente, a qual considera maravilhosa, comprometida e sempre pronta a novos desafios e a aprender algo novo com seu esforço individual, pois intui e pesquisa o material necessário para sua aprendizagem. Portanto, esta Diretoria está empenhada em estruturar e reestruturar o Centro, pois os seus colaboradores merecem todas as formas de reconhecimento.

* * * * *



FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES:

ELIANA MARCI BIZIAK, Diretora Técnica I, Pregoeira, formação: Direito.

MARIA HELENA CARRARO DE OLIVEIRA, Analista de Planejamento Financeiro, Pregoeira, formação: Administração de Empresas .

PAULO CHAPINE JUNIOR, ENCARREGADO I, Pregoeiro, formação: Técnico em Mecânica.

JOSÉLIA JOAQUIM CARVALHO, Analista Administrativo, Pregoeira, formação: Administração de Empresas.

MARILENE APARECIDA FLORENTINO, Oficial Administrativo, Pregoeira, formação: Administração de Empresas incompleto.

CINTIA ELBA ALVES, Oficial Administrativo, Pregoeira, formação: cursando Tecnologia em Secretariado Executivo.

ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA, Oficial Administrativo, Pregoeira, formação: Administração em Recursos Humanos.

ANGELA MARIA ROBERTO, Auxiliar de Serviço, formação: 2º grau incompleto.

ELAINE CRISTINA ALVES DOS SANTOS, Analista Administrativo, Pregoeira, formação: Administração de Empresas.

MARCIA CARDOSO DE ALMEIDA, Analista Administrativo, Pregoeira, formação: Administração de Empresas.

JANETE BORGES, Analista Administrativo, Pregoeira, formação Administração de Empresas.